



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005 /2026 – COLIC/TCE/MA

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº06.989.347/0001-95, com sede à Av.Carlos Cunha, S/N, Jaracaty, São Luís – MA, CEP: 65076-820, torna público que a Coordenadoria de Licitações e Contratos – COLIC, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA (PE), com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, Global, Por Grupo, para o fornecimento do objeto do presente Edital, nos termos da Lei nº 14 . 133 , de 1º de abril de 2021 , Lei Complementar nº123 , de 14 de dezembro de 2006 , alterada para Lei complementar 147/2014 , Decreto Federal, nº11.462/2023 e demais legislações aplicáveis, bem como que de acordo com as condições deste Edital e seus anexos.

ÓRGÃO INTERESSADO:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

25.002286

TIPO DE LICITAÇÃO:

MENOR PREÇO POR GRUPO

FORMA DE FORNECIMENTO:

PARCELADO

FORMA DE ADJUDICAÇÃO: **POR GRUPO**

REGIME DE EXECUÇÃO:

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DO GRUPO

OBJETO:

Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal e por diária de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, tipo pequeno, médio e grande porte com fornecimento de equipamento específico para monitoramento de veículo em tempo real (rastreador), manutenção, seguro total e quilometragem livre; **para o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.**

LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Este Pregão será realizado em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://www.gov.br/compras>

Recebimento das Propostas:

Início: 25/05/2026

Término: 10/06/2026, às 09h (Horário de Brasília)

Sessão pública: 10/06/2026, às 09h (Horário de Brasília)

Código UASG: 925309

Será sempre considerado o **horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

Dia: Segunda a sexta-feira

Horário: 08h às 14h (Horário local)

Local: Sala da Coordenadoria de Licitações e Contratos (COLIC), Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA, CEP: 65.076-820

E-mail: cl@tcema.tc.br Fone: (98) 2016-6006 / 2016-6087 / 2016-6089

O Edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: www.gov.br/compras ou www.tcema.tc.br

Agente de Contratação

André Luís Lisboa Guimarães

Portaria nº 078/2026 – TCE/MA, de 26/01/2026

Este instrumento contém:

Edital e seus anexos com 55 páginas



Senhor Licitante,

Toda comunicação entre o TCE/MA e Vossa Senhoria, deverá ser endereçada à Coordenadoria de Licitações e Contratos deste Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – COLIC/TCE/MA, preferencialmente, pelo e-mail: cl@tcema.tc.br ou pessoalmente no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal e por diária de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, tipo pequeno, médio e grande porte com fornecimento de equipamento específico para monitoramento de veículo em tempo real (rastreador), manutenção, seguro total e quilometragem livre; para o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conforme especificações definidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

2. VALOR E QUANTITATIVO ESTIMADO

2.1. A presente licitação é formada por 04 (quatro) grupos, divididos em locais por diária e mensal, estando com valores estimados conforme segue: **GRUPO 01**, composto por 03 (três) itens, com o valor estimado total de **R\$ 1.546.581,36** (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos); **GRUPO 02**, composto por 04 (quatro) itens, com o valor estimado total de **R\$ 1.182.420,28** (um milhão, cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e oito centavos); **GRUPO 03**, composto por 02 (dois) itens, com o valor estimado total de **R\$ 798.490,68** (setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos) e **GRUPO 04**, composto por 02 (dois) itens, com o valor total estimado de **R\$ 1.110.202,00** (um milhão, cento e dez mil, duzentos e dois reais), perfazendo um valor global de **R\$ 4.637.694,32 (quatro milhões, seiscentos e trinta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos);**

2.2. Esta licitação será de ampla participação.

2.3. Os interessados em participar do certame deverão cotar todos os itens dos Grupos, sob pena de desclassificação.

2.4. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste edital e as constantes no sistema comprasgov, prevalecerão as descritas neste edital.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Em que pese se tratar de Registro de Preços, onde não há necessidade da informação de dotação orçamentária, mas os recursos financeiros para a presente Licitação correrá à conta da dotação orçamentária abaixo:

Exercício Financeiro: 2026;

Unidade Gestora: 020101 – TCE/MA

Fonte de Recurso: 15001010000 – Recursos não vinculados de impostos:

Ação: 2649 – Fiscalização Externa

Subação: Manutenção

Natureza da Despesa: 33.90.39.14 – Outros Serviços de Terceiros PJ – Locação de Veículos.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo o ramo de atividade seja compatível e/ou similar com o objeto desta licitação, que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema www.gov.br/compras/pt-br, e que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. Ficam impedidos de participar desta licitação:

4.2.1. Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, pessoas jurídicas



que explorem ramo de atividade incompatível com o objeto desta licitação e com sócios comuns concorrendo entre si, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública (neste caso, a abrangência deverá ser observada, se restrita ao órgão ou entidade que aplicou, ou se abranger toda a esfera administrativa do respectivo ente federativo que aplicou, União, Estado, Município ou Distrito Federal, dependendo da legislação e do caso concreto) ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com o TCE/MA ou com o Estado do Maranhão;

4.2.2. Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

4.3. Como requisito para participação neste **Pregão**, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, www.gov.br/compras/pt-br, que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação nele definidos.

4.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

4.3.2. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação.

5. CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico www.gov.br/compras/pt-br é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCE/MA, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que provocados por terceiros.

5.4. O licitante será inteiramente responsável por todas as transações que forem realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. O cadastramento e a habilitação no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento do órgão/entidades que participam do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação.

5.6. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: 0800782629 ou através do Portal de Atendimento <https://portaldeservicos.economia.gov.br>.

6. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

6.1. Qualquer pedido deverá ser enviados ao Agente de Contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da Sessão Pública via e-mail indicado no preâmbulo deste edital, sob pena de não conhecimento da impugnação.

6.2. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital devem ser apresentados pelo e-mail cl@tcema.tc.br, ou, excepcionalmente, pessoalmente no endereço do prédio TCE/MA, sito à avenida Carlos Cunha, Calhau, São Luís MA.

6.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará como plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos e consignar nos campos apropriados, para cada item, as informações abaixo:



7.1.1. O preço unitário e total, expresso em reais, com duas casas decimais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas decorrentes da plena execução do objeto.

7.1.2. Quantidade a ser registrada, nunca inferior ao total previsto para registro, disposta no Termo de Referência (Anexo I) sob pena de desclassificação.

7.1.3. Descrição Detalhada do Objeto Ofertado, no campo próprio disponibilizado no Sistema Eletrônico, devendo o licitante, obrigar-se consignar em sua proposta de preço, a marca, o fabricante, a quantidade e as especificações técnicas do veículo ofertado, atendendo o **item 4** do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

7.1.4. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública designada no preâmbulo deste Edital.

7.2. No cadastramento da proposta o licitante declarará, de acordo com a funcionalidade, em campo próprio, do sistema comprasgov, no que couber, o que segue:

7.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;

7.2.5. Concordância com as condições estabelecidas neste Edital e que atende aos requisitos de habilitação;

7.2.6 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.2.7 Licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.9. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

7.3. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.5.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.5.2. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.5.3. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.5.4. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a



fase de disputa, sendo vedado:

7.5.5. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, posto que é adotado o critério de julgamento por menor preço;

7.6. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observada as normas específicas deste Edital.

7.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Objetivando agilizar a formalização do contrato, o Licitante deverá informar na proposta, o nome do representante que assinará a Ata de Registro de Preços e, se for o caso, o contrato, bem como o nº do seu RG e CPF, sendo que no ato da assinatura, deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento hábil que comprove sua legitimidade.

7.10. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

7.11. Prazo e local de entrega:

7.11.1. O Prazo e o Local de Entrega serão realizados conforme o **Item 5** do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

7.12. prazo máximo de substituição, será conforme o **item 9.30** do Termo de Referência sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega, conforme **item 5** do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos apresentados, preferencialmente em PDF, nesta licitação deverão:

- a) estar em nome do licitante, com um único número de CNPJ;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
- c) quando for o caso, ser apresentados em original, autenticada por servidor da COLIC/TCE, ou por cartório.

8.2. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações, na forma de regulamento, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- a) jurídica;
- b) técnica;
- c) fiscal, social e trabalhista;
- d) econômica e financeira;

8.3. A Habilitação Jurídica será comprovada, mediante:

8.3.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

8.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

8.3.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

8.3.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.4. A demonstração da legitimidade do signatário da proposta se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

8.4.1. No caso de Procurador:

- a) Instrumento de mandato público, ou;

b) Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, acompanhado de documento de constituição da empresa e alterações, conforme o caso onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

8.4.2. No caso de sócio-gerente:

a) Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

8.5. A Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS)** mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

8.5.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos;

8.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, através da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

8.5.4. Prova de regularidade relativa a seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.5.5. Prova de regularidade com a Justiça Trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da **Justiça do Trabalho**, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação do seguinte documento:

8.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

8.6.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei e regulamentos na data de realização deste Pregão, que visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices dispostos nos itens 8.6.2.1 e 8.6.2.2;

8.6.2.1. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um).

8.6.2.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.6.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.7. Habilitação de Capacidade Técnica.

8.7.1. A licitante deverá apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu de forma satisfatória objeto pertinente e compatível com o da licitação que atestem que possui estrutura própria e capacidade técnica para a execução do objeto da licitação, em quantitativo de, pelo menos, 40% (quarenta por cento) da quantidade do item para o qual concorre. O mesmo atestado poderá suprir mais de um item, desde que o percentual seja sobre o seu somatório e obedeça a compatibilidade (item 14 do Termo de Referência).

8.8. Disposições gerais sobre habilitação:

8.8.1. Os licitantes que apresentarem **habilitação parcial válida** no **SICAF** ou em Certificado de Registro Cadastral expedido por órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal poderão deixar



de apresentar os documentos abrangidos por eles. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados no Certificado, a Certidão Negativa de Falência (item 8.6.1.)

8.8.2. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.8.3. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação, o Agente de Contratação poderá assinalar prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária.

8.8.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os documentos que, pela natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

8.8.5. Caso haja divergência entre os números do CNPJ mencionados na proposta e nos documentos exigidos, tal situação somente será aceita se os tributos forem recolhidos de forma centralizada, sendo que essa informação deverá constar do próprio documento ou ser comprovada através de declaração do órgão expedidor, a qual deverá acompanhar os documentos de habilitação.

8.8.6. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Agente de Contratação no sistema.

8.8.7. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará o estabelecido nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015 e alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

9. SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.3. Na fase de lances, a disputa será pelo valor total dos itens que compõem o Grupo, e sendo a adjudicação do Grupo pelo Menor Preço Global do respectivo Grupo.

9.3.1. Os lances ofertados para todos os itens não poderão ser cotados acima do valor estimado pelo TCE/MA.

9.3.2. O licitante está obrigado a cotar todos os itens dos Grupos.

9.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.4.1. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.5.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.5.1.1. Esse intervalo mínimo de diferença de valores, baseado em critério monetário será aplicado para todos os itens deste Pregão.

9.6. A cada lance ofertado, por item, o sistema atualizará automaticamente o valor.

9.7. A desistência em apresentar lance, implicará a exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último preço apresentado.



9.8. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

9.9. Após a etapa de envio de lances, caso ocorra situação de empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no Art. nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido e Art. 60 da Lei 14.133/2021, conforme parametrizado pelo Sistema comprasgov

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado neste Pregão, o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

10.1.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.1.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.1.4. Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida nos dois subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.1.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem **10.1.4** deste edital, o Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.2. A empresa que ofertar o menor valor global do Grupo será classificada em primeiro lugar pelo critério de julgamento por **Menor Preço Global do Grupo**.

10.3. No caso de **desconexão do Agente de Contratação** no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico <http://www.gov.br/compras>.

10.4. Se estiverem participando do certame microempresas ou empresas de pequeno porte, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06.

10.5. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá **negociar** o valor da proposta, encaminhando contraproposta, via chat disponibilizado pelo sistema, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, o que poderá ser acompanhado pelos demais licitantes, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

10.6. O licitante terá o prazo de duas horas, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos *documentos complementares*, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item anterior.

10.7 Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de 2 (duas) horas, envie a proposta de preço readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, se houver, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares previstos no Edital.

10.7.1. O Agente de Contratação realizará a aceitação da proposta de MENOR PREÇO, GLOBAL, por Grupo, no Sistema Comprasgov.

10.7.2. O preço ofertado final do objeto não poderá ultrapassar o valor máximo fixado no Edital, só poderá ser aceito se for menor ou igual ao valor estimado pela Administração para o objeto. Se não enquadrarem nesta regra poderão ser ajustados ao valor estimado pela Administração.



10.7.3. A Proposta de Preço deverá ser enviada, via Anexo, após o lance e ou o valor negociado, se houver, assinada de forma digital (Lei 14063/20), bem como os documentos complementares, se houver.

10.7.4. Também poderão ser remetidos para o e-mail cl@tcema.tc.br, num prazo máximo de 2 (duas) horas, comprovada a inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “Anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição dos demais licitantes.

10.7.5. Se o proponente deixar de enviar a proposta e/ou documentação complementar ou se estes não atenderem às exigências do ato convocatório, o Agente de Contratação motivadamente desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

10.7.6. Em caso de divergência entre informações contidas em documentos complementares anexos à proposta e o descrito nesta, prevalecerá o conteúdo da proposta.

10.7.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

10.7.8. Havendo aceitação da proposta, o Agente de Contratação solicitará o encaminhamento dos documentos de habilitação, na forma e no prazo estabelecido este Edital.

11. JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO E DO ATO DE HABILITAÇÃO

11.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Agente de Contratação realizará o aceite da proposta e qualquer licitante poderá, no prazo de 30 minutos registrar a sua intenção de recurso em campo próprio.

11.2. Do julgamento das propostas de preço e do ato de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e de classificação.

11.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento dos autos, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

11.2.2 O Agente de Contratação poderá exigir documento complementar na fase de julgamento de proposta e na fase de análise da habilitação para formar juízo de valor, tais com planilhas, informação adicional quanto ao produto e/ou material/serviço ofertado.

11.3. Será desclassificada a proposta de preço que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- e) Deixar de apresentar a proposta de preços e/ou quaisquer documentos complementares solicitado pelo agente de contratação.

12. RECURSOS

12.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento de proposta de preço e do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2. As intenções de recorrer poderão ser aceitas ou rejeitadas, motivadamente, pelo Agente de Contratação, em campo próprio do sistema.

12.3. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita, terá o prazo de 3 (três) dias para registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito e o Agente de Contratação estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Se não reconsiderar sua decisão o Agente de Contratação submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Não havendo manifestação de recurso, o Agente de Contratação estará autorizado a adjudicar o objeto da licitação à proponente vencedora e submeterá o processo, devidamente instruído, à apreciação da autoridade superior, que poderá homologar, revogar ou anular o procedimento licitatório.

13.2. Ocorrendo a manifestação de interposição de recurso, caberá à autoridade competente a adjudicação e homologação da licitação.

13.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no Art.71, Inciso IV, da Lei 14.133/2021.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (CINCO) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

14.2.1. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.8. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços praticados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou serviços registrados, nas seguintes situações (art.25 do Decreto nº 11.462/2023):

14.8.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art.124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.8.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.8.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

14.8.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a

contratação.

14.9. A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente licitação fundamenta-se, dentre outros aspectos, no princípio da economicidade, uma vez que, diferentemente da licitação convencional, não há compromisso imediato de contratação, tampouco obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados. Trata-se de instrumento de gestão adequado a demandas incertas, frequentes ou de difícil mensuração, como aquelas relacionadas à locação de veículos para atendimento das necessidades institucionais do Tribunal.

14.10. O quantitativo mínimo para os pedidos será de 10% da quantidade total registrada por item.

14.11. O contrato/ata SRP oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

15.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

15.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data da assinatura.

17. CONTRATAÇÃO

17.1. Quando da existência de demanda, o TCE/MA convocará o detentor do menor preço registrado para o item demandado para retirada da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato (**Anexo V**), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o qual poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TCE/MA.



17.2. A recusa injustificada do fornecedor beneficiário do registro de preços em retirar a nota de empenho dentro do prazo estabelecido lhe sujeitará, além das demais penalidades previstas em lei, as do presente edital.

17.3. A nota de empenho deverá ser retirada e/ou o contrato assinado por representante do fornecedor beneficiário do registro de preços, devidamente habilitado.

17.4. A retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato está condicionada à manutenção da regularidade da habilitação e do cadastramento no SIGEF, conforme item 17.5.

17.5. O fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços deverá promover o seu cadastro no SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), no prazo de até 3 (três) dias da adjudicação, conforme Anexo III.

17.6. Os contratos decorrentes desta licitação deverão ser assinados ou as notas de empenho emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

17.7. A vigência dos contratos decorrentes desta licitação obedecerá aos termos da Lei 14.133/2021

17.8. Os contratos decorrentes desta licitação poderão ser alterados, observado o disposto na Lei 14.133/2021.

17.9. Após a homologação do certame, a licitante vencedora deverá realizar o credenciamento de Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TCE/MA no prazo de até 3 (três) dias úteis, seguindo as orientações abaixo:

a) Acessar o endereço eletrônico <https://www.tcema.tc.br> e clicar no atalho SEI – USUÁRIO EXTERNO;

b) Acessar o link "Clique aqui para se cadastrar", ler as orientações na tela e ao final "clique aqui para continuar";

c) preencher atenciosamente os dados solicitados na tela e enviar. Após o envio, entrar em contato com a Supervisão de Protocolo (SUPRO) pelo telefone (98) 2016-6066 no horário compreendido de 08:00h às 14:00h, em dias úteis ou via e-mail: sei@tcema.tc.br, para liberação do acesso ao SEI.

17.10. Obrigatoriamente, o endereço de e-mail do representante legal da Contratada informado na proposta comercial adjudicada, deverá ser utilizado no cadastramento de Usuário Externo – SEI.

17.11. O relacionamento entre Contratante e Contratada pertinente a assinatura de contrato, assinatura de termo aditivo, assinatura de ata de registro de preços, recebimento de ordem de serviço, ofícios, notificações, intimações, entre outros, será realizado preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

17.12. O prazo para a leitura e assinatura dos documentos mencionados no item anterior é de até 5 dias úteis, contados do dia útil posterior ao recebimento do e-mail contendo o link de acesso para assinatura.

17.13. Exaurido o prazo estipulado no subitem anterior sem a manifestação da Contratada, considerar-se-á devidamente notificada, iniciando-se os atos subsequentes, tais como: contagem de prazo para apresentação de esclarecimentos, justificativas, defesa prévia, recurso entre outros.

17.14. Após o credenciamento da Licitante vencedora, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TCEMA, na forma integral do item 17.9 deste Edital, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão convocará a empresa adjudicada para assinar a Ata de Registro de Preço/Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º, da Lei 14.133/2021.

18. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá à SUSET/TCE/MA do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, competindo-lhe:

a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos produtos registrados;

b) efetuar os pedidos, juntar aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato se for o caso;

c) notificar o fornecedor registrado, via e-mail ou telefone, para retirada da nota de empenho;



- d) observar, durante a vigência da Ata que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;
- f) subsidiar a Administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;
- g) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na Ata de Registro de Preços.

19. ALTERAÇÕES NA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

19.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e Art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023.

19.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TCE/MA poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TCE/MA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

19.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.6. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.7. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

19.8. Não havendo êxito nas negociações, o TCE/MA deverá proceder à revogação do respectivo registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20. DO REAJUSTE E DA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

20.1. Do Reajuste.

20.1.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irremovíveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços, contados da data de sua assinatura.

20.1.2. Após esse período, caso haja prorrogação da Ata, será admitido o reajuste dos valores registrados, observando-se o disposto no art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

20.1.3. O reajuste será calculado com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, acumulada no período compreendido entre a data da apresentação da proposta e o mês imediatamente anterior à prorrogação da vigência.

20.1.4. Na ausência de divulgação do índice definido, ou em caso de sua extinção, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo, mediante ato formal da Administração.

20.1.5. A aplicação do reajuste dependerá de solicitação formal da contratada e de análise e autorização expressa da Administração, que poderá, mediante justificativa, deferir ou indeferir o pedido.

20.2. Da Prorrogação da Vigência.

20.2.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, conforme o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/2021.



20.2.2. A prorrogação da vigência poderá ser realizada mediante termo aditivo, quando comprovado o interesse da Administração e desde que observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

20.2.3. Quando da prorrogação, deverá ser restabelecido o **quantitativo máximo originalmente registrado**.

20.2.4. A prorrogação não implica direito automático à contratada, constituindo ato discricionário da Administração, a ser formalizado mediante termo próprio, precedido de justificativa quanto à vantagem e à continuidade da necessidade.

21. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O TCE/MA cancelará o registro do fornecedor quando:

- a) Descumprir as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, Contrato e/ou neste edital;
- b) Não retirar a respectiva, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) Forem observadas razões de interesse público, desde que devidamente comprovadas;
- e) estiver suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCE/MA;
- f) for declarado inidôneo para contratar com a Administração;
- g) for impedido de licitar e contratar com a Administração;

21.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas nas alíneas acima, será formalizado por despacho da autoridade competente do TCE/MA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razões de interesse público; ou
- b) a pedido do locador.

22. CONDIÇÕES PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

22.1. Os pedidos dos produtos a serem adquiridos pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, serão realizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. A cada solicitação, será formalizada a emissão de Nota de Empenho, a ser encaminhada à BENEFICIÁRIA DA ATA/CONTRATADA por meio de e-mail ou outro meio, onde estarão detalhados os produtos e quantidades para a entrega.

22.2. As quantidades previstas no Termo de Referência – ANEXO I, são estimadas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se ao TCE/MA o direito de adquirir, em cada item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item específico.

22.3. O recebimento dos produtos será feito nos termos da Lei 14.133/2021 e do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

22.4. O prazo de validade dos produtos deverá ser aquele previsto no Termo de Referência, contado a partir da data do recebimento definitivo.

22.5. O objeto desta licitação deverá ser entregue de forma parcelada em conformidade com os prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, deste edital, no endereço constante do Preâmbulo em dias de expediente deste Tribunal, das 09:00h às 13:00h (horário local).

23. FISCALIZAÇÃO.

23.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do fornecedor beneficiário do registro de preços, a Ata de Registro de Preço será fiscalizada pelo Órgão Gerenciador, mediante o servidor do TCE/MA/SUSET.

23.2. A licitante deverá manter preposto, aceito pelo TCE/MA, durante o período de vigência da Ata e do Contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário.

24. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



24.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária emitida em nome do proponente vencedor, para crédito na conta-corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, após aceitação e ateste definitivo do material e após entrada no protocolo deste Tribunal da Nota Fiscal emitida com base nas ordens de fornecimento devidamente atestadas pela Fiscalização;

24.2. O TCE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes às multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada.

24.3. Para pagamento, o Contratado deverá apresentar Nota Fiscal discriminativa, devidamente atestada, acompanhada da solicitação de pagamento (Anexo VII).

24.4. A nota fiscal em duas vias, acompanhada das certidões negativas e solicitação de pagamento (Anexo VII), deverá ser entregue no setor de protocolo, o qual encaminhará à UNFIN para juntada ao processo de contratação acompanhada dos documentos relativos ao pagamento.

24.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme a lei 14.133/2021.

24.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação ou inadimplência contratual, inclusive quando for constatada ausência, divergência ou irregularidade na documentação apresentada pela Contratada. A existência de qualquer pendência incorrerá na suspensão do prazo de pagamento especificado no item 25.1, até que a Contratada regularize a pendência, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

24.7. O TCE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

24.8. Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,000109589 “pro rata die”.

24.9. Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional.

25. OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA

25.1. Conforme as obrigações elencadas no **item 9**, do Termo de Referência – anexo I deste Edital.

26. OBRIGAÇÕES DO TCE/MA

26.1. Conforme as obrigações elencadas no **item 10**, do Termo de Referência – anexo I deste Edital.

27. INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

27.1. As infrações e sanções estão dispostas de forma clara no **item 11**, do Termo de Referência – anexo I deste Edital.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCE/MA ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

28.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente deste Tribunal.

28.3. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



28.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

28.5. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.

28.6. O Beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá manter atualizados, durante a validade da Ata, todos os seus dados, como representantes, endereço, telefone, e-mail etc. sob pena de, não sendo devidamente informado ao TCE/MA, as notificações/comunicações serem consideradas efetivamente realizadas.

28.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MA.

28.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

28.9. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis citadas no preâmbulo deste edital e demais normas pertinentes.

28.10. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de São Luís-MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

28.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Formulário de Cadastro no SIGEF
Anexo IV	Modelo de Declaração de Opção pelo Simples
Anexo V	Minuta do Contrato
Anexo VI	Minuta da Ata de Registro de Preço
Anexo VII	Modelo de Solicitação de Pagamento.

São Luís (MA), 21 de maio de 2026

André Luís Lisboa Guimarães
Agente de Contratação



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO SEI Nº

25002286/2025

Síntese do Tipo de Demanda: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal e por diária de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, tipo pequeno, médio e grande porte com fornecimento de equipamento específico para monitoramento de veículo em tempo real (rastreador), manutenção, seguro total e quilometragem livre, conforme condições, especificações e quantitativos estimados neste Termo de Referência.

1.2. Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto do presente Termo de Referência não se enquadra como serviço/item de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme inciso XIII, artigo 6º e artigo 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.3. O serviço é enquadrado como continuado, vez que decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção da atividade administrativa do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os benefícios operacionais e econômicos tanto para a Administração quanto para a futura contratada, conforme justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços

1.3.1. A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente licitação fundamenta-se, dentre outros aspectos, no princípio da economicidade, uma vez que, diferentemente da licitação convencional, não há compromisso imediato de contratação, tampouco obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados. Trata-se de instrumento de gestão adequado a demandas incertas, frequentes ou de difícil mensuração, como aquelas relacionadas à locação de veículos para atendimento das necessidades institucionais do Tribunal.

1.3.2. A adoção do SRP encontra amparo no art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Federal nº 11.462/2023, evidenciando a viabilidade de realização de licitação sob

esse regime para a contratação de bens e serviços comuns, por prazo determinado.

1.3.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência e racionalidade administrativa, permitindo a contratação do quantitativo exato e necessário, no momento oportuno, conforme a real demanda do Tribunal. Além disso, o SRP contribui para a otimização dos processos de contratação, confere flexibilidade na execução, reduz riscos de fracionamento indevido de despesas e possibilita maior agilidade nas contratações, alinhando-se aos objetivos da presente contratação.

1.4. Previsão no Plano de Contratações Anual

1.4.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme consta no Processo nº 2500956, item 8, evidenciando o alinhamento da demanda com o planejamento institucional e orçamentário do órgão.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE-MA, no suporte às atividades institucionais, administrativas, fiscalizatórias e operacionais, especialmente quanto ao deslocamento de servidores, membros, colaboradores e equipes técnicas no exercício de suas atribuições, incluindo inspeções, auditorias, visitas técnicas, eventos institucionais e demais ações inerentes às competências desta Corte de Contas.

2.2. A opção pela locação de veículos, em detrimento da aquisição, fundamenta-se nos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a transferência à contratada dos custos e encargos relacionados à manutenção, seguros, gestão da frota e demais despesas operacionais, além de possibilitar a utilização de veículos mais novos e adequados às necessidades institucionais.

2.3. A contratação também visa à ampliação e modernização da frota institucional, em razão do aumento das demandas operacionais e da necessidade de substituição gradual de veículos com elevado tempo de uso, assegurando maior disponibilidade, confiabilidade e continuidade dos serviços.

2.4. A adoção das modalidades mensal e por diária busca conferir maior flexibilidade à gestão da frota, permitindo o adequado dimensionamento conforme a demanda, evitando ociosidade e promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

2.5. Inclui-se, ainda, a locação de veículos do tipo van e micro-ônibus, visando atender demandas específicas de transporte coletivo em atividades institucionais, eventos, ações externas e deslocamento de equipes, garantindo suporte logístico adequado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

2.6. A contratação observará, também, diretrizes de sustentabilidade, com a utilização de veículos que atendam a padrões de eficiência energética e redução de impactos ambientais, em alinhamento à legislação vigente e às boas práticas da Administração Pública.

2.7. Ressalta-se que a justificativa detalhada da contratação, incluindo a análise técnica, econômica e de viabilidade, encontra-se devidamente apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o presente processo.

3. MODALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do presente objeto será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, mediante licitação na modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**, do tipo **menor preço**, com **critério de julgamento por grupo**, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

3.2. A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/23.

3.3. Aplicam-se, ainda, à presente contratação, as demais normas legais e regulamentares pertinentes, bem como os princípios que regem a Administração Pública.

3.4. Participação de consórcios de empresas

3.4.1. Não será permitida a participação de consórcios no certame decorrente do presente Termo de Referência, tendo em vista que a natureza, a complexidade e o vulto do objeto não restringem a participação de empresas que, isoladamente, detenham plena capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para a execução integral da contratação.

3.5 Tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas

3.5.1. A presente contratação observará, no que couber, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, devendo o edital disciplinar expressamente as condições de participação, os critérios de desempate, o direito de preferência e as demais regras aplicáveis.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. Para fins de organização da contratação e melhor gestão do Sistema de Registro de Preços, os serviços de locação de veículos serão estruturados por grupos, considerando o tipo de veículo, a forma de contratação (mensal e/ou diária) e a natureza da demanda institucional do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA.

4.2. O objeto será dividido em 04 (quatro) grupos, conforme discriminado a seguir:

4.2.1 Grupo 1 - Veículos de Pequeno e Médio Porte (MENSAL): Compreende veículos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

automotores do tipo passeio, de pequeno e médio porte, destinados ao atendimento das atividades administrativas, institucionais, fiscalizatórias e operacionais do TCE-MA, utilizados no deslocamento de servidores, colaboradores, membros e equipes técnicas em demandas ordinárias, visitas técnicas, auditorias, ações externas e demais atividades inerentes às competências institucionais da Corte de Contas.

4.2.2 Grupo 2 - Veículos de Pequeno e Médio Porte (DIÁRIA): Compreende veículos automotores do tipo passeio, de pequeno e médio porte, destinados ao atendimento das atividades administrativas, institucionais, fiscalizatórias e operacionais do TCE-MA, utilizados no deslocamento de servidores, colaboradores, membros e equipes técnicas em demandas ordinárias, visitas técnicas, auditorias, ações externas e demais atividades inerentes às competências institucionais da Corte de Contas.

4.2.3 Grupo 3 - Veículos de Grande Porte (MENSAL): Compreendem-se como vans e micro-ônibus os veículos de transporte coletivo, com capacidade ampliada de passageiros, destinados ao deslocamento institucional de equipes, servidores e colaboradores, especialmente para atendimento de ações externas, eventos institucionais, programas itinerantes como o TCE+ Movimento, capacitações, fiscalizações e demais demandas que exijam maior suporte logístico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE-MA.

4.2.4 Grupo 4 - Veículos de Grande Porte (DIÁRIA): Compreendem-se como vans e micro-ônibus os veículos de transporte coletivo, com capacidade ampliada de passageiros, destinados ao deslocamento institucional de equipes, servidores e colaboradores, especialmente para atendimento de ações externas, eventos institucionais, programas itinerantes como o TCE+ Movimento, capacitações, fiscalizações e demais demandas que exijam maior suporte logístico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE-MA.

4.3 Locação Mensal (GRUPO 1 – Veículos de pequeno e médio porte)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$) ANUAL
01	VEÍCULO TIPO PASSEIO SEDAN EXECUTIVO Especificações: Com no máximo 2(dois) anos de fabricação no momento da contratação, com no máximo 10.000 KM rodados, Combustível: Álcool/Gasolina, Capacidade tanque combustível: 50 litros (mínimo), Câmbio: automático CVT de no mínimo 8 velocidades, potência mínima de 169 CV/NBR a	2	R\$ 7.661,20	R\$ 183.868,80



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

	6.600 rpm. Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção Eletroassistida progressiva ou superior, trava elétrica, sensores de estacionamento traseiro de série, freios com sistema ABS/EBS, lugar para 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista, e insulfilmm nos vidros, equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN e demais legislações de Trânsito; seguro total com franquia inclusa e km livre e assistência 24 horas com o uso de guincho e rastreamento em tempo real – Na cor Preta.			
02	VEÍCULO TIPO SUV GRANDE DIESEL 4X4 Especificações: Com no máximo 2 (dois) anos de fabricação no momento da contratação, com no máximo 10.000 KM rodados. Combustível: Diesel, tração 4x4, Motor turbo, Capacidade tanque combustível: 80 litros (mínimo), Câmbio: automático, potência mínima de 204 CV/NBR, Características Adicionais: Ar-Condicionado, Direção hidráulica ou superior, trava elétrica, lugar para 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista ou superior, e insulfilmm nos vidros, equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN e demais legislações de Trânsito; seguro total com franquia inclusa e km livre e assistência 24 horas com o uso de guincho e rastreamento em tempo real – Na cor Preta ou Prata.	2	R\$ 19.612,42	R\$ 470.698,08
03	VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA DIESEL 4X4 Especificações: Com no máximo 2 (dois) anos de fabricação no momento da contratação, com no máximo 10.000 KM rodados. Combustível: Diesel, tração 4x4, Câmbio: automático, Cabine Dupla, Motor turbo, potência mínima de 204 CV/NBR, Capacidade tanque combustível: 80 litros (mínimo), Características Adicionais: Ar-Condicionado, Eixo rígido, molas semielípticas de duplo estágio ajustado, Direção hidráulica ou superior, trava elétrica, 4 portas, capota marítima e	6	R\$ 12.389,09	R\$ 892.014,48



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

	insulfilmm nos vidros, estribos laterais, lugar para 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista, e equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN e demais legislações de Trânsito; seguro total com franquia inclusa e km livre e assistência 24 horas com o uso de guincho e rastreamento em tempo real – Na cor Preta ou Prata			
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1				R\$ 1.546,581,36

4.4 Locação por diária (GRUPO 2 – Veículos de pequeno e médio porte)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	VEÍCULO TIPO PASSEIO SEDAN EXECUTIVO Especificações: Com no máximo 02 (dois) anos de fabricação no momento da contratação, com no máximo 10.000 KM rodados. Combustível: Álcool/Gasolina, Capacidade tanque combustível: 50 litros (mínimo), Câmbio: automático CVT de no mínimo 8 velocidades, potência mínima de 169 CV/NBR a 6.600 rpm. Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção Eletroassistida progressiva ou superior, trava elétrica, lugar para 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista, e insulfilmm nos vidros, equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN e demais legislações de Trânsito; seguro total com franquia inclusa e km livre e assistência 24 horas com o uso de guincho e rastreamento em tempo real.	100	R\$ 607,75	R\$ 60.775,00
05	VEÍCULO TIPO SUV FLEX Especificações: Com no máximo 02 (dois) anos de fabricação no momento da contratação, com no máximo 10.000 KM rodados. Combustível: Flex, Capacidade tanque combustível: 50 litros (mínimo), Câmbio: automático, Características Adicionais: Ar-Condicionado, Direção hidráulica ou superior, trava elétrica, lugar para 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista, e insulfilmm nos vidros, capacidade de	200	R\$ 683,79	R\$ 136.758,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

	porta-malas de 420 litros (mínimo), equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN e demais legislações de Trânsito; seguro total com franquias incluídas e km livre e assistência 24 horas com o uso de guincho e rastreamento em tempo real.			
06	VEÍCULO TIPO SUV GRANDE DIESEL 4X4 Especificações: Com no máximo 02 (dois) anos de fabricação no momento da contratação, com no máximo 10.000 KM rodados. Combustível: Diesel, tração 4x4, Motor turbo, potência mínima de 204 CV/NBR, Câmbio: automático, Características Adicionais: Ar-Condicionado, Direção hidráulica ou superior, trava elétrica, lugar para 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista ou superior, e insulfilme nos vidros, equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN e demais legislações de Trânsito; seguro total com franquias incluídas e km livre e assistência 24 horas com o uso de guincho e rastreamento em tempo real.	200	R\$ 1.339,00	R\$ 267.800,00
07	VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA DIESEL 4X4 Especificações: Com no máximo 2 (dois) anos de fabricação no momento da contratação, com no máximo 10.000 KM rodados. Combustível: Diesel, tração 4x4, Câmbio: automático, Cabine Dupla, Motor turbo, Capacidade tanque combustível: 80 litros (mínimo), Características Adicionais: Ar-Condicionado, Direção hidráulica ou superior, trava elétrica, 4 portas, capota marítima e insulfilme nos vidros, estribos laterais, lugar para 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista, e equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN e demais legislações de Trânsito; seguro total com franquias incluídas e km livre e assistência 24 horas com o uso de guincho e rastreamento em tempo real – Na cor Preto ou Prata.	728	R\$ 985,01	R\$ 717.087,28
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 2				R\$ 1.182.420,28



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

4.5 Locação Mensal (GRUPO 3 – Veículos de grande porte)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$) ANUAL
08	VEÍCULO TIPO VAN - MENSAL Especificações: Com ano de fabricação mínimo 2023/2023, no momento da contratação. Motor a diesel; Capacidade mínima para 15 pessoas; Mínimo de 4 portas, sendo 2 dianteiras, uma deslizante lateral (lado do passageiro) e 1 traseira; Teto: Alto; Bagageiro interno e externo; Poltronas estofadas e reclináveis; Câmbio: Manual, 5 marchas a frente e uma a ré; Freio a disco nas quatro rodas; Faróis de neblina; Cintos de segurança com três pontos para motorista e acompanhante lateral e de no mínimo dois pontos (subabdominal) para os demais passageiros; Luz de freio elevada (brake light); Seta de indicação de direção na lateral ou no retrovisor do veículo; Tacógrafo digital de bobina entregue lacrado e homologado; Faixas reflexivas instaladas de acordo com a legislação de trânsito; Direção hidráulica; Ar condicionado central; equipamento de som; Quebra sol com espelho para motorista e passageiro; Película de proteção solar: índice de proteção máxima permitida em todos os vidros do veículo com Seguro Total KM Livre e assistência 24 (vinte e quatro) horas, com uso de guincho e rastreamento em tempo real.	1 (mês)	R\$ 27.342,56	R\$ 328.110,72
09	VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS – MENSAL Especificações: Com ano de fabricação mínimo 2023/2023, no momento da contratação. Com ar-condicionado; equipamento de som; com capacidade mínima para 24 passageiros, bancos reclináveis, cintos de segurança com três pontos para motorista e acompanhante lateral e de no mínimo dois pontos (subabdominal) para os demais passageiros; com porta-pacotes e porta-malas, Freio a disco nas quatro rodas; Faróis de neblina, direção hidráulica, motor movido a óleo diesel; Luz de freio elevada (brake light); Seta de indicação de direção na lateral ou no retrovisor do	1 (mês)	R\$ 39.198,33	R\$ 470.379,96



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

	veículo; Tacógrafo digital de bobina entregue lacrado e homologado; Faixas reflexivas instaladas de acordo com a legislação de trânsito; Quebra sol com espelho para motorista; Película de proteção solar: índice de proteção máxima permitida em todos os vidros do veículo com Seguro Total, KM Livre e assistência 24 (vinte e quatro) horas, com uso de guincho e rastreamento em tempo real.			
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 3				R\$ 798.490,68

4.6 Locação por Diária (GRUPO 4 – Veículos de grande porte)

10	VEÍCULO TIPO VAN - DIÁRIA Especificações: Com ano de fabricação mínimo 2023/2023, no momento da contratação. Motor a diesel; Capacidade mínima para 15 pessoas; Mínimo de 4 portas, sendo 2 dianteiras, uma deslizante lateral (lado do passageiro) e 1 traseira; Teto: Alto; Bagageiro interno e externo; Poltronas estofadas e reclináveis; Câmbio: Manual, 5 marchas a frente e uma a ré; Freio a disco nas quatro rodas; Faróis de neblina; Cintos de segurança com três pontos para motorista e acompanhante lateral e de no mínimo dois pontos (subabdominal) para os demais passageiros; Luz de freio elevada (brake light); Seta de indicação de direção na lateral ou no retrovisor do veículo; Tacógrafo digital de bobina entregue lacrado e homologado; Faixas reflexivas instaladas de acordo com a legislação de trânsito; Direção hidráulica; Ar-condicionado central; equipamento de som; Quebra sol com espelho para motorista e passageiro; Película de proteção solar: índice de proteção máxima permitida em todos os vidros do veículo com Seguro Total KM Livre e assistência 24 (vinte e quatro) horas, com uso de guincho e rastreamento em tempo real.	200 (diárias)	R\$ 2.085,73	R\$ 417.146,00
11	VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS - DIÁRIA Especificações: Com ano de fabricação mínimo 2023/2023, no momento da	200 (diárias)	R\$ 3.465,28	R\$ 693.056,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

	contratação. Com ar-condicionado; equipamento de som; com capacidade mínima para 24 passageiros, bancos reclináveis, cintos de segurança com três pontos para motorista e acompanhante lateral e de no mínimo dois pontos (subabdominal) para os demais passageiros; com porta-pacotes e porta-malas, Freio a disco nas quatro rodas; Faróis de neblina, direção hidráulica, motor movido a óleo diesel; Luz de freio elevada (brake light); Seta de indicação de direção na lateral ou no retrovisor do veículo; Tacógrafo digital de bobina entregue lacrado e homologado; Faixas reflexivas instaladas de acordo com a legislação de trânsito; Quebra sol com espelho para motorista; Película de proteção solar: índice de proteção máxima permitida em todos os vidros do veículo com Seguro Total, KM Livre e assistência 24 (vinte e quatro) horas, com uso de guincho e rastreamento em tempo real.			
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 4				R\$ 1.110.202,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS GRUPOS (1+2+3+4)				R\$ 4.637.694,32

5. EXECUÇÃO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Prazos e condições de disponibilização dos veículos

5.1.1. Locação na modalidade mensal

5.1.1.1. Para a execução dos serviços de locação na modalidade mensal, a CONTRATADA deverá disponibilizar o(s) veículo(s) objeto deste Termo de Referência em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento, no Setor de Transporte – SUSET do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA, localizado na Avenida Carlos Cunha, s/n, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP 65.076-905, ou em outro local previamente definido pela Administração, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente.

5.1.1.2. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, de forma excepcional, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e previamente autorizado pela Administração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

5.1.2. Locação na modalidade diária

5.1.2.1. Para a execução dos serviços na modalidade por diária, a CONTRATADA deverá disponibilizar o(s) veículo(s) solicitado(s) em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento, no Setor de Transporte – SUSET do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA, localizado na Avenida Carlos Cunha, s/n, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP 65076-905, ou em outro local previamente definido pela Administração, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente.

5.1.2.2. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Administração, o prazo de disponibilização poderá ser reduzido para até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a CONTRATADA envidar todos os esforços para o seu atendimento.

5.2. Quilometragem

5.2.1. A locação dos veículos ocorrerá com quilometragem livre, não podendo a CONTRATADA impor limite mensal, diário ou por período de utilização, tampouco cobrar valores adicionais em razão da distância percorrida, desde que observadas as condições normais de uso e a finalidade pública da contratação.

5.3. Seguro dos Veículos

5.3.1 A CONTRATADA deverá apresentar apólice de seguro no ato de entrega dos veículos locados, contemplando, no mínimo, cobertura total contra colisão, avarias, roubo, furto, incêndio, perda total, danos materiais e corporais causados a terceiros, morte ou invalidez, reboque e socorro mecânico em geral.

5.3.2. As despesas relativas à contratação, manutenção, renovação e eventual acionamento do seguro correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, não sendo admitida a transferência desses custos a este Tribunal, salvo nos casos de comprovado uso irregular do veículo por agente ou preposto da Administração.

5.3.3. Em caso de sinistro, pane, avaria, roubo, furto ou qualquer ocorrência que comprometa a utilização regular do veículo, a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias para atendimento, regularização e, quando cabível, substituição do veículo, de modo a evitar prejuízo à continuidade dos serviços.

6. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

7. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. Recebimento na modalidade mensal

7.1.1. Após a emissão da ordem de serviço ou documento equivalente, a CONTRATADA deverá disponibilizar o(s) veículo(s) nos prazos, local e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

7.1.2. No momento da disponibilização do(s) veículo(s), a Administração realizará o recebimento provisório, mediante verificação preliminar da conformidade do objeto com as características exigidas, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- a) cumprimento do prazo e do local de entrega;
- b) condições de conservação, funcionamento, limpeza e segurança do veículo;
- c) regularidade da documentação obrigatória e apresentação da apólice de seguro;
- d) existência dos equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito;
- e) conformidade com as especificações básicas previstas.

7.1.3 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação detalhada de que o(s) veículo(s) atende(m) integralmente todas as especificações técnicas, condições e exigências contratadas, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento provisório, mediante atesto do fiscal do contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.1.4. Constatada desconformidade, defeito, irregularidade documental ou condição que comprometa a utilização segura e regular do veículo, a Administração poderá recusar o recebimento definitivo, cabendo à CONTRATADA promover a correção, regularização ou substituição do veículo, sem ônus adicional para o TCE/MA.

7.2. Recebimento na modalidade por diária

7.2.1. Nos casos de execução por diária, o recebimento provisório ocorrerá no momento da disponibilização do(s) veículo(s), com conferência imediata pela Administração quanto ao atendimento da solicitação, especialmente em relação ao prazo, local de entrega, estado de conservação, funcionamento, segurança, documentação e especificações técnicas do objeto contratado.

7.2.2. Estando o(s) veículo(s) em conformidade com as exigências previstas neste Termo de Referência, o recebimento provisório poderá ser convertido em recebimento definitivo no mesmo ato, mediante registro ou atesto do responsável pelo acompanhamento da demanda.

7.2.3. Verificada qualquer irregularidade que impeça ou comprometa a utilização do veículo, a Administração poderá recusá-lo, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição imediata por veículo equivalente ou superior, em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional para o TCE/MA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

7.3. Medição dos serviços

7.3.1. A medição da locação mensal será realizada com base no período em que o veículo permanecer efetivamente disponibilizado à Administração, em condições regulares de uso, funcionamento, segurança, documentação e conservação.

7.3.2. Quando a disponibilização ou a devolução do veículo ocorrer em período inferior ao mês completo, o pagamento será proporcional aos dias de efetiva disponibilização, tomando-se por base o valor mensal contratado dividido por 30 (trinta) dias.

7.3.3. Os períodos de indisponibilidade do veículo por motivo atribuível à CONTRATADA poderão ser descontados da medição mensal, sem prejuízo da obrigação de substituição do veículo e da aplicação das sanções cabíveis.

7.3.4. A medição da locação por diária será realizada com base no período de efetiva disponibilização do veículo à Administração, considerando-se como diária o intervalo de até 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, contado a partir do horário definido na ordem de serviço ou documento equivalente.

7.3.5. Ultrapassado o período de 24 (vinte e quatro) horas, as horas excedentes serão calculadas de forma proporcional ao valor da diária contratada, mediante divisão do valor da diária por 24 (vinte e quatro).

7.3.6. O veículo deverá ser entregue e devolvido com o tanque de combustível no mesmo nível em que foi recebido (tanque cheio), limpo, higienizado e em perfeitas condições de uso, ressalvado o desgaste natural decorrente da utilização regular, vedada a cobrança de taxas adicionais não previstas contratualmente.

8. LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. A liquidação da despesa será realizada com base na verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais pela CONTRATADA, considerando a conformidade dos serviços efetivamente prestados, nos termos do contrato, deste Termo de Referência e das ordens de serviço emitidas pela Administração, em observância ao art. 63 da Lei nº 4.320/1964 e à Lei nº 14.133/2021.

8.2. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, o fiscal do contrato deverá proceder à conferência, análise, ateste e certificação da despesa no sistema oficial de gestão adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE-MA, observando-se os prazos de recebimento provisório e definitivo previstos neste Termo de Referência.

8.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada mensalmente, até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada da documentação comprobatória da execução (relatórios de serviços, ordens de serviço atendidas, registros de diárias executadas, quando couber), bem como da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

8.4. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e encaminhada à unidade competente para pagamento.

8.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da Unidade Orçamentária indicada na respectiva Nota de Empenho, contendo a descrição detalhada dos serviços prestados, período de execução, quantitativo de diárias efetivamente realizadas e demais informações necessárias à correta liquidação da despesa.

8.6. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, exceto nos casos em que a CONTRATADA seja regularmente optante pelo Simples Nacional, hipótese em que deverá apresentar comprovação oficial de enquadramento no referido regime, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.7. O pagamento ficará condicionado à manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação, especialmente quanto à regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.8. A Nota Fiscal/Fatura apresentada com erro, inconsistência, ausência de documentação comprobatória ou em desacordo com as disposições contratuais e deste Termo de Referência será devolvida à CONTRATADA para regularização, ficando o prazo de pagamento suspenso até a sua reapresentação devidamente corrigida, sem qualquer ônus para a Administração.

8.9. O atesto da execução dos serviços será realizado pelo fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE, que somente autorizará o pagamento após a verificação do cumprimento de todas as condições pactuadas e da adequada prestação dos serviços de locação de veículos.

8.10. Considerando que a execução do objeto ocorrerá sob demanda, os pagamentos serão realizados exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados, correspondentes às diárias de veículos devidamente solicitadas, executadas e atestadas pela fiscalização, não havendo garantia de consumo mínimo por parte da Administração.

8.11. O pagamento observará, ainda, as disposições constantes na minuta contratual e nas normas internas de execução orçamentária, financeira e contábil do TCE-MA, bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e controle da despesa pública.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado.

9.2. Responsabilizar-se por todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

materiais, insumos, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

9.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta ou indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.

9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE.

9.5. Entregar os bens em conformidade com os prazos e local indicado neste Termo, sem que isso implique acréscimo nos preços, os quais somente serão recebidos se estiverem em conformidade com as disposições estabelecidas no Edital.

9.6. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

9.7. Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título.

9.8. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos.

9.9. Designar profissional responsável pela entrega do objeto na cidade de São Luís – MA.

9.10. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9.11. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.

9.12. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao Tribunal e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado.

9.13. Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos bens, inclusive, as relativas ao seu transporte.

9.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do TCE-MA.

9.15. Aceitar, nos termos do § 1º do artigo 125 da Lei 14133/2021, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

9.16. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em conformidade com art. 62, da Lei 14.133/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

9.17. Disponibilizar os veículos, na modalidade por diária, mediante requisição formal do fiscal do contrato, encaminhada por ofício ou e-mail, nos locais, datas e horários definidos pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA comunicar, de forma imediata e justificada, eventual impedimento que comprometa o atendimento, de modo a garantir o cumprimento do disposto no item 5.1.2. deste Termo de Referência.

9.18. Entregar os veículos em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza, CRLV vigente, e conforme as especificações do fabricante e exigidas no Termo de Referência; sem franquia mensal de quilometragem.

9.19. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela CONTRATADA; os demais abastecimentos serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

9.20. Responsabilizar-se pelas despesas do veículo decorrentes de emplacamento, manutenção corretiva e preventiva, bem como do socorro mecânico com guincho, entendendo como manutenção preventiva àquela realizada obrigatória e periodicamente de acordo com os planos de manutenção dos veículos constantes no manual do proprietário/fabricante, e como manutenção corretiva àquela destinada ao reparo dos defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

9.21. A CONTRATANTE poderá a qualquer tempo solicitar da CONTRATADA o manual do proprietário para averiguação das revisões executadas de acordo com as exigências do fabricante, e caso as mesmas não tenham sido realizadas corretamente, considerar-se-á como inadimplência contratual, passível de rescisão do contrato.

9.22. A CONTRATADA deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos serviços prestados, desobrigando a CONTRATANTE de qualquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro.

9.23. A CONTRATADA deverá possuir oficina própria ou rede de oficinas credenciadas para execução de serviços de manutenção nos veículos, e apresentar relação destas oficinas no ato da assinatura do contrato, constando endereços e telefones de contato.

9.24. A CONTRATADA se responsabilizará pela manutenção dos veículos locados, ficando a cargo desta a retirada do veículo no local de atividade em que tais veículos se encontrarem para a devida manutenção corretiva ou preventiva, bem como a sua devolução após a manutenção.

9.25. Os veículos quando enviados para oficina, própria ou credenciada pela CONTRATADA, deverão ser entregues pela CONTRATANTE com tanque cheio de combustível, assim como a CONTRATADA devolverá os veículos a CONTRATANTE, após a respectiva manutenção, com tanque cheio de combustível.

9.26. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

9.27. Substituir todos os veículos, exceto van e microônibus, de imediato e de forma automática, por veículos “zero quilômetro” ou nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 70.000 (setenta mil) quilômetros ou 24 (vinte e quatro) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento, o que ocorrer primeiro.

9.28. Substituir os veículos do tipo van e micro-ônibus por outros equivalentes ou superiores, nas mesmas condições inicialmente contratadas, quando atingirem, no máximo, 200.000 (duzentos mil) quilômetros rodados ou 36 (trinta e seis) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento, o que ocorrer primeiro, de modo a garantir a segurança, confiabilidade, conforto dos usuários e a continuidade da adequada prestação dos serviços.

9.29. Substituir os veículos locados por veículos reservas, nas mesmas condições dos contratados ou, na sua indisponibilidade, por veículos de categoria superior, nos casos de acidentes, revisões, reparos mecânicos, má conservação ou comprometimento das condições de segurança:

9.30. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de até **03 (três) horas**, contados da comunicação da CONTRATANTE, quando o evento ocorrer na Capital, e no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, quando ocorrer no interior do Estado.

9.31. Nesta última hipótese, a critério da CONTRATADA, poderá ser autorizada a retirada de veículo de características equivalentes ou superiores junto a empresa do ramo existente na localidade, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelos custos e pela regularidade da substituição.

9.32. Prestar os serviços de entrega e substituição dos veículos sem cobrança de qualquer taxa adicional.

9.33. Dispor, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados de um serviço de socorro mecânico com guincho, para transporte e deslocamento dos veículos nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato em todo o território estadual.

9.34. Manter os veículos segurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, atendendo às seguintes características mínimas:

a) deverá contemplar a assistência 24 horas, em casos de panes ou acidentes, quando for inviável transitar com o veículo, situação em que deverá ser fornecido, gratuitamente, veículo do tipo guincho, sem limite de quilometragem;

b) o valor de cobertura para danos materiais causados a terceiros será de valor não inferior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais);

c) para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

d) o valor de cobertura para os casos de responsabilidade civil por danos morais não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

e) o prazo de vigência do seguro a ser contratado deverá ser contado a partir da data de recebimento até a devolução dos veículos;

f) a cobertura do seguro deverá ser abrangente, contemplando os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais;

g) a cobertura do seguro deverá abranger também vidros, lanternas, retrovisores, pintura, acessórios e quaisquer outros elementos que compõem o veículo.

9.40. Em qualquer caso de sinistralidade todos os custos envolvidos, inclusive a cobrança de franquia, correrão por conta da CONTRATADA.

9.35. Por ocasião da entrega dos veículos locados, deverá a CONTRATADA apresentar à Divisão de Transportes do TCE-MA, cópias autenticadas das respectivas Apólices de Seguro atualizadas e discriminando o valor da franquia.

9.36. Autorizar a CONTRATANTE a colocar nos veículos de locação mensal seus adesivos com logotipos.

9.37. Disponibilizar à CONTRATANTE login de acesso para rastreamento remoto dos veículos locados.

9.38. Encaminhar à CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

9.39. Responsabilizar-se por encaminhar recurso ao órgão competente, caso a notificação de autuação de infração ou notificação de imposição de penalidade cheguem após o prazo de recurso definido pelo Código de Trânsito Brasileiro CTB, não cabendo à CONTRATANTE o pagamento de qualquer infração em desacordo com o supracitado Código.

9.40. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da CONTRATANTE, nesses casos a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, caso não seja efetuado diretamente pelo condutor.

9.41. Nos casos em que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão não for notificado dentro do prazo supracitado, a CONTRATADA se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrentes de infrações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

9.42. Antes de realizar o pagamento das multas de infração de trânsito, a CONTRATADA deverá aguardar a conclusão dos processos referentes aos recursos previstos pela legislação, sendo resguardados os prazos legais e o direito à ampla defesa e o contraditório aos condutores.

9.43. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

9.44. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.

9.45. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

9.46. A CONTRATADA deverá indicar e manter atualizados seus números de telefone fixo, celular e e-mail, a fim de que o CONTRATANTE efetue quaisquer comunicações oficiais.

9.47. Os veículos deverão permanecer à disposição da CONTRATANTE durante a vigência do contrato, não podendo ser utilizado para outros fins. Os horários, itinerários e atividades a serem executados serão definidos pelo Contratante de acordo com suas necessidades, observando-se o que a seguir se estipula:

9.48. Eventualmente, os serviços poderão ser requisitados em dias não úteis ou fora do horário comercial, bem como poderão ser prestados em sistema de escala, flexibilizando-se os horários de entrada e saída.

9.49. A CONTRATADA deverá designar sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE, preposto, na localidade da prestação do serviço, para a realização da supervisão dos serviços atuando em consonância com o fiscal do contrato designado pelo CONTRATANTE, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais da frota, tais como:

a) controle de manutenção e limpeza de veículos;

b) emissão de relatórios gerenciais, etc.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo de Referência.

10.2. Responsabilizar-se pela formalização do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

10.3. Assegurar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros necessários à execução do objeto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

- 10.4. Processar e efetuar o pagamento das faturas apresentadas pela CONTRATADA, mediante Ordem Bancária, desde que não haja impedimento imputável à mesma.
- 10.5. Receber os veículos conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aqueles que estejam em desacordo com as especificações exigidas.
- 10.6. Comunicar à CONTRATADA, de forma imediata, quaisquer irregularidades, falhas ou inconformidades verificadas na execução do objeto.
- 10.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, desde que pertinentes ao objeto da contratação.
- 10.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 10.9. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual por meio de servidor formalmente designado como fiscal do contrato, a quem caberá realizar comunicações, solicitações, requisições e registros das ocorrências verificadas.
- 10.10. Zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 10.11. No âmbito da locação na modalidade por diária, formalizar a solicitação dos veículos por meio de ordem de serviço ou requisição do fiscal do contrato, com antecedência compatível com o prazo de disponibilização previsto neste Termo de Referência, indicando o tipo de veículo, local, data e horário de entrega.
- 10.12. Indicar o local de disponibilização dos veículos, podendo ser o Setor de Transporte – SUSET do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE-MA, localizado na Avenida Carlos Cunha, s/n, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP 65076-905, ou outro previamente definido pela Administração.
- 10.13. Justificar, quando for o caso, as situações excepcionais que demandem a redução do prazo de disponibilização dos veículos, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 10.14. Comunicar à CONTRATADA, de forma tempestiva, quaisquer alterações nas solicitações ou ocorrências que possam impactar a execução dos serviços.

11. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

11.1 Infrações e Sanções Administrativas

11.1.1 O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

11.1.2. As sanções administrativas poderão consistir em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme a natureza



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

e a gravidade da infração praticada, nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, observados o devido processo administrativo, o contraditório, a ampla defesa, a razoabilidade e a proporcionalidade.

11.2. Multa Moratória (Atraso na Execução)

11.2.1 Será aplicada multa moratória à CONTRATADA que executar os serviços com **atraso injustificado** em relação aos prazos estabelecidos no contrato ou na ordem de serviço, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes percentuais:

I – 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso, pelo primeiro dia de atraso;

II – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, do 2º ao 30º dia de atraso;

III – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, do 31º ao 45º dia de atraso.

11.2.2. Considera-se atraso injustificado aquele não motivado por caso fortuito, força maior ou justificativa formal aceita pela Administração.

11.2.3. Caso o atraso ultrapasse 45 (quarenta e cinco) dias, a Administração poderá, mediante decisão fundamentada, avaliar a manutenção da contratação ou a rescisão contratual, nos termos dos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Multa Compensatória (caráter sancionatório)

11.3.1. A multa compensatória será aplicada nos casos de **inexecução parcial ou total** do contrato, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, observados os seguintes limites:

I – até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, em caso de inexecução parcial;

II – até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total.

11.3.2. A aplicação da multa não impede a Administração de promover a extinção unilateral do contrato, nem a aplicação cumulativa de outras sanções legalmente previstas.

11.4. Forma de Cobrança das Multas

11.4.1. O valor das multas aplicadas poderá ser:

I – descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA;

II – recolhido administrativamente, mediante guia própria;

III – descontado da garantia contratual, quando houver.

11.4.2. Esgotados os meios administrativos de cobrança, o débito poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, nos termos da legislação aplicável.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

11.5. Processo de Aplicação das Sanções

11.5.1 A aplicação das sanções administrativas será precedida de regular processo administrativo de responsabilização, instaurado e conduzido no âmbito do TCE-MA, com observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

12. EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

12.3. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) formalmente designado(s) pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE-MA, nos termos dos arts. 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto contratado.

13.2. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento administrativo da execução contratual, incluindo o controle de prazos, vigência, medições, pagamentos, aditivos, prorrogações e demais providências necessárias à adequada execução do ajuste.

13.3. O fiscal do contrato será responsável pela verificação técnica da execução do objeto, devendo atestar a conformidade dos serviços prestados com as especificações do Termo de Referência, do contrato e da proposta da Contratada.

13.4. Compete ao fiscal do contrato registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução contratual, comunicar à Contratada eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos, e sugerir a aplicação de penalidades, quando cabível.

13.5. A fiscalização exercida pelo TCE-MA não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

13.6. A Contratada deverá facilitar e permitir o acesso do gestor e do fiscal do contrato a todas as informações, documentos, veículos e registros necessários à fiscalização da execução contratual.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO**

13.7. O atesto da execução do objeto pelo fiscal do contrato constitui condição indispensável para a liquidação da despesa e para o pagamento à Contratada.

13.8. A fiscalização exercida pelo TCE-MA não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução do objeto, inclusive quanto a eventuais falhas, vícios, omissões, danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, ainda que verificados após o recebimento/atesto, nem a exime do dever de corrigir, às suas despesas, as irregularidades identificadas.

14. DOCUMENTO DE CAPACIDADE TÉCNICA

14.1. A licitante deve apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu de forma satisfatória objeto pertinente e compatível com o da licitação que atestem que possui estrutura própria e capacidade técnica para a execução do objeto da licitação, em quantitativo de, pelo menos, 40% (quarenta por cento) da quantidade do item para o qual concorre. O mesmo atestado poderá suprir mais de um item, desde que o percentual seja sobre o seu somatório e obedeça a compatibilidade.

14.2. Poderá haver o somatório de atestados para cumprimento do item 14.1.

14.3. O atestado deverá possuir identificação do responsável pela sua emissão, do órgão ou empresa responsável, com dados mínimos que permitam o contato através de telefone ou e-mail.

15. VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

15.1 Vigência da Ata de Registro de Preços

15.1.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.2. A existência de preços registrados não gera obrigação de contratação pela Administração, constituindo-se em instrumento de planejamento e futura contratação, cuja utilização dependerá da conveniência, oportunidade e necessidade administrativa, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

15.1.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, ou outro instrumento hábil que o substitua, estabelecerá as condições específicas de execução, vigência, prorrogação, reajuste e demais obrigações aplicáveis à contratação.

15.2. Prorrogação

15.2.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados, observado o interesse público e as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

15.2.2. Tratando-se de serviço de locação de veículos de natureza continuada, o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ter sua vigência prorrogada sucessivamente, respeitada a necessidade da Administração, a vantajosidade da contratação e a regularidade da execução contratual, observado o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.3. A prorrogação contratual ficará condicionada à justificativa formal da Administração, à comprovação da vantajosidade, à avaliação satisfatória da execução do objeto, à manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e à existência de disponibilidade orçamentária.

15.2.4. A prorrogação da vigência contratual deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, antes do término da vigência do contrato.

15.3. Reajuste

15.3.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis durante o prazo inicial de vigência de 1 (um) ano.

15.3.2. Na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços por igual período, os preços registrados poderão ser reajustados, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração, mediante aplicação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

15.3.3. O reajuste dos preços registrados deverá ser devidamente formalizado nos autos, com demonstração da variação do índice adotado e da compatibilidade dos valores reajustados com os preços praticados no mercado.

15.3.4. O reajuste incidirá exclusivamente sobre os preços registrados vigentes e ainda não reajustados, não alcançando contratações já formalizadas, salvo previsão expressa no respectivo instrumento contratual.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. A CONTRATADA deverá manter os veículos em adequadas condições de uso, conservação e funcionamento, realizando as manutenções preventivas e corretivas necessárias, inclusive troca de pneus, lubrificação, substituição de peças, funilaria e pintura, quando cabíveis.

16.2. A manutenção dos veículos deverá preservar suas características originais, especialmente quanto aos sistemas de escapamento, catalisadores e demais equipamentos de controle de emissão de gases e ruídos, observados os limites previstos na legislação ambiental e de trânsito aplicável.

16.3. A CONTRATADA deverá observar as normas ambientais vigentes relacionadas ao controle de poluição, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, SEMA/MA e demais órgãos competentes, incluindo a Lei Federal nº 8.726/1993 e normas correlatas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

16.4. Sempre que possível, deverão ser utilizados veículos e tecnologias que contribuam para a redução de emissões atmosféricas e menor impacto ambiental, sem prejuízo das especificações técnicas exigidas para a execução do objeto.

16.5. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas ambientais na gestão da frota, especialmente quanto ao descarte adequado de pneus, peças, óleos, lubrificantes, resíduos de manutenção e materiais provenientes da limpeza dos veículos.

16.6. Os pneus inservíveis deverão receber destinação ambientalmente adequada, preferencialmente mediante encaminhamento aos fabricantes, importadores ou pontos de coleta autorizados, nos termos da regulamentação ambiental aplicável, em especial as Resoluções CONAMA nº 416/2009 e nº 451/2012.

17. VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

17.1 É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da presente contratação.

18. ADOÇÃO DE IMR (Índice de Medição de Resultado) ou ANS (Acordo de Nível de Serviço)

18.1. Não se aplica.

19. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Fica vedada a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

20. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas hipóteses previstas na legislação vigente.

20.2. A alteração dos preços registrados poderá ocorrer, especialmente, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizam a execução da Ata de Registro de Preços tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou de superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

20.3. Havendo previsão no edital ou no aviso de contratação direta, poderá ser aplicado reajustamento ou repactuação dos preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

20.4. No caso de reajustamento, deverá ser respeitada a periodicidade anual e o índice previamente definido para a contratação.

20.5. No caso de repactuação, esta poderá ser realizada a pedido do interessado, observados os critérios e condições estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

21. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

21.1. Quanto à HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, licitante deverá apresentar:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

21.1.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

21.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

21.1.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índices financeiros. Quando os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) constantes do Sicafe for igual ou inferior a 1, o licitante deverá comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% do valor global estimado para o(s) grupo (s) do qual concorre, o que poderá ser consultado no Sicafe ou obtido por meio do contrato social, certidão simplificada emitida pela junta comercial ou balanço patrimonial e da Demonstração do Resultado do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei.

LG= $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG= $\frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}}$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

21.1.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I - Publicados em Diário Oficial ou;

II - Publicados em jornal de grande circulação ou;

III - Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

IV - Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos termos de abertura e de encerramento.

22. TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. As partes obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como em observância às normas e diretrizes expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) e demais atos normativos internos aplicáveis à Política de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do TCE/MA.

23. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

23.1. O valor global máximo aceito para a contratação é de R\$4.637.694,32 (quatro milhões, seiscentos e trinta e sete mil e seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos) nos termos da pesquisa de preços em anexo.

23.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. Após este período será utilizado o IPCA como índice de reajustamento, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4. O preço apresentado na proposta adjudicada deverá incluir todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, observadas as exigências deste Termo de Referência e seus Anexos.

23.5. Os valores unitários deverão ser completos, abrangendo, além da boa prestação dos serviços, o fornecimento do veículo, seguro, manutenções preventivas e corretivas, tributos, despesas indiretas, lucro, encargos, enfim, tudo que possa contribuir para a composição do custo final da prestação dos serviços, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

23.6. Os quantitativos previstos no presente processo possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

A formação dos quantitativos baseiam-se em projeções de demanda, considerando o histórico de consumo e as necessidades institucionais, podendo a Administração utilizar os itens de forma parcelada, conforme a conveniência e oportunidade.

Para o exercício de 2026, estima-se a utilização de aproximadamente 40% (quarenta por cento) do quantitativo total registrado em ata, ficando a utilização do saldo remanescente condicionada à disponibilidade orçamentária e à efetiva necessidade da Administração nos exercícios subsequentes.

24. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Paulo Roberto Ribeiro de Moraes - Matrícula 8052
Arlino Serra Martins Menezes Neto - Matrícula 15990
Fernanda Macêdo - Matrícula 15933

25. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Arlino Serra Martins Menezes Neto - Matrícula 15990



Documento assinado digitalmente
ARLINO SERRA MARTINS MENEZES NETO
Data: 05/05/2026 09:41:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

REF. Pregão Eletrônico nº ____/2026 – COLIC/TCE - MA

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V. Sa. proposta nos termos descritos abaixo, assumindo inteira responsabilidade pelo seu teor e as demais obrigações estabelecidas no edital e seus anexos.

PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

SEDE:

CNPJ:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

1. PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Modelo	Quantidade de diárias anuais	Valor da diária unitária R\$	Valor total anual R\$
01	Camionete	700		
02	S U V s	300		
Valor Total Anual do Item 01 e 02				

DESCRIÇÃO DETALHADA do Veículo:

LOCAL DA ENTREGA DO VEÍCULO:

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

PRAZO DE ENTREGA DOS VEÍCULOS:

PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO, EM CASO DE DESCONFORMIDADE DO Termo de Referência:

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço)

São Luís(MA),.....de.....de 2026

.....
Assinatura do representante legal da empresa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

ANEXO III

I- FORMULÁRIO DE CADASTRO SIGEF

CNPJ:				
RAZÃO SOCIAL:				
NOME FANTASIA:				
CAPITAL SOCIAL:				
DATA INCORPORAÇÃO:				
INSC. ESTADUAL:				
INSC. MUNICIPAL:				
CNPJ DA EMPRESA MATRIZ:			É REPRESENTANTE:	
ENDEREÇO:			BAIRRO:	
CEP:	CIDADE:	ESTADO:	UF:	TEL:
TEL:	REGISTRO PROFISSIONAL DO RESP. TÉCNICO			
ENTIDADE FISCALIZADORA:			INSCRIÇÃO DA ENTIDADE:	
REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO COMPETENTE:				
Nº REGISTRO			DATA DO REGISTRO	
SÓCIOS DA EMPRESA (SE HOVER MAIS DE UM INDICAR)		RAZÃO SOCIAL/NOME:		
		CNPJ/CPF:		
		PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA:		
PARTICIPANTES DA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA (SE HOVER MAIS DE UM INDICAR)		NOME:		
		CPF:		
		CARGO:		
DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:		CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF DOS SÓCIOS;		
		CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES;		
		CNPJ (ATUALIZADO);		

II - FORMULÁRIO CADASTRO SIGEF

BANCO (NOME, NÚMERO E PRAÇA DE PAGAMENTO):
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

.....
(Nome e assinatura do representante legal da empresa)
(com firma reconhecida)

OBS: Os documentos necessários para **cadastro no SIGEF** são: **CNPJ, Contrato Social da Empresa ou Registro Comercial** (em caso de empresa individual), com objetivo social e aditivo com alterações, **Estatuto de Fundação e Ata de Eleição** em caso de Associação, **CIC e RG dos sócios da empresa e Alvará de Funcionamento**, os quais serão aceitos em cópias autenticadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº. DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte da Contribuição social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 30 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente; II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Nome do Representante Legal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

ANEXO V

47/55

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº/2026 – COLIC

CONTRATO FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO.....NOS TERMOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026– COLIC/TCE.

O **Tribunal de Contas do Estado do Maranhão**, CNPJ nº 06.989.347/0001-95, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, sito na Av. Carlos Cunha s/n - Calhau, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado **CONTRATADA**, a Empresa, CNPJ nº, sediada na Rua neste ato representada pelo seu titular, CPF nº, C.I. nº, nacionalidade....., estado civil, residente e domiciliado....., na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato decorrente do Processo Administrativo nº 25002286 que originou a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026 – COLIC/TCE** mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente instrumento tem por objeto a LOCAÇÃO de veículos tipo e modelo ____, de acordo com as especificações definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – O valor unitário De diária do veículo do item 01 deste Contrato é R\$(.....) e o valor global de diária do veículo item 02 deste presente Contrato é de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I – Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2026;

II – Proposta, documentos e lances anexos, firmados pela CONTRATADA em de.....de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Contrato será contado de sua assinatura até .

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA – Os veículos deverão ser entregues no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, situado à Av. Carlos Cunha s/n Calhau, em São Luis-MA, de segunda a sexta das 8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

h às 14 h (horário local), no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento da nota de empenho;

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO – O recebimento dos veículos será feito nos termos do arts. 140 a 144 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os veículos entregues em desacordo com o especificado no edital do Pregão Eletrônico nº __/2026, na proposta e neste contrato ou entregues com defeitos ou avarias, serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo máximo de xx dias corridos a contar da data da comunicação do fato, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO - O cumprimento das obrigações específicas deste contrato será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Gestor da Supervisão de Serviços de Transportes do TCE, ou, em seus impedimentos legais, por seu substituto eventual, representando o TCE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O representante do TCE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a locação, objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – O pagamento será efetuado após a entrega, aprovação e recebimento definitivo do objeto, pela Comissão de Recebimento de Materiais, em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária emitida em nome do proponente vencedor, creditada na conta-corrente da Contratada, indicada na proposta, em **até 30 (trinta) dias**, contados da data de aceitação e atesto realizados pelo setor competente do Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para pagamento, o Contratado deverá apresentar Nota Fiscal discriminando os produtos de acordo com o disposto na nota de empenho, acompanhada da solicitação de pagamento (modelo anexo VII do edital do PE __/2026), e ainda das certidões negativas das **Receitas Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e CNDT**, nos termos da Portaria nº 1.229/ 2013 – TCE/ MA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal em duas vias, acompanhada das certidões negativas e solicitação de pagamento (modelo **Anexo VII** do edital do PE __/2026), deverá ser entregue no setor de protocolo, o qual encaminhará à Unidade de Finanças (UNFIN) para juntada ao processo de contratação juntamente com os documentos relativos ao pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme legislação pertinente.

PARÁGRAFO QUARTO - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação ou inadimplência contratual, inclusive quando for constatada ausência, divergência ou irregularidade na documentação apresentada pela Contratada. A existência de qualquer pendência incorrerá na suspensão do prazo de pagamento especificado no caput da cláusula



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

oitava, até que a Contratada regularize a pendência, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - O TCE/MA efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir.

PARÁGRAFO SEXTO - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, à CONTRATADA, mediante depósito no Banco nº, Conta Corrente nº, Agência nº

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA - Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de **4%** (quatro por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,000109589, “*pro rata die*”.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas na cláusula nona deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO – Os preços fixados para a aquisição do objeto deste contrato serão reajustados pelo IPCA/IBGE após 12 meses de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA REVISÃO DE PREÇOS - Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se a **revisão** em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A planilha de custos referida no Parágrafo Primeiro desta Cláusula deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária seguinte:

Exercício financeiro:

2026; Unidade Gestora

(UG):

Gestão: ;

ESF.UO.PT:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Plano Interno:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Caberá à **CONTRATADA**, além das obrigações previstas no edital e no Anexo I, Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº ____/2026- COLIC/TCE, segue as demonstradas abaixo:

50/55

- a) responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, impostos, tributos e contribuições, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- b) responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- c) entregar o objeto para locação no prazo, local indicado, na quantidade e especificações solicitadas conforme as características descritas na proposta e no edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 – COLIC/TCE;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento e entrega dos produtos (ou na execução do Contrato) , não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- e) subcontratar, parcialmente, no que couber, o objeto desta contratação, para o fiel cumprimento do objeto licitado. Vedada a subcontratação do objeto principal deste Contrato;
- f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- g) Prestar serviços de assistência técnica aos veículos locados;
- h) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- i) Substituir, no prazo de 03 (Três) dias corridos, o veículo entregue em desconformidade com as especificações exigidas no edital do PE ____/2026;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – Caberá ao **CONTRATANTE** além das obrigações previstas no edital e no Anexo I, Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº ____/2026-COLIC/TCE:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos, relativos a esta locação, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na locação dos veículos;
- c) permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à entrega/execução do objeto, nos horários previamente acordados;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

d) rejeitar os veículos entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela CONTRATADA;

e) fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado e desde que a empresa tenha cumprido com suas obrigações contratuais;

f) efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato.

51/55

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- INADIMPLEMENTO E SANÇÕES - Conforme as dispostas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO – A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos da legislação vigente e Edital da licitação em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o respectivo Contrato, nos casos previstos no art. 137 da Lei 14.133.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO- Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS - Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, e legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICAÇÃO - Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato no Diário Eletrônico do TCE/MA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS – O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021 e demais diplomas legais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de São Luís, capital do Estado do Maranhão. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Luís (MA), de.....de 2026

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunha

Testemunha



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO
ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____ – TCE/MA

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, de acordo com o que estabelece o art. 10, do Decreto nº 11.462/2023, e o edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, constante do Processo administrativo nº

____/____, torna público a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____, tendo como objeto a contratação de _____, a ocorrer de forma parcelada, conforme sua solicitação, durante o período de vigência da presente Ata, cuja validade é de 12 (doze) meses contínuos, a contar da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

A empresa detentora do menor preço registrado assume o compromisso de prestar os serviços, objeto do pregão supracitado, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, durante o período de vigência desta Ata.

As especificações técnicas e as condições de recebimento, faturamento, pagamento, penalizações, revisão e outras expressamente relacionadas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ e seus Anexos, constante do Processo Administrativo nº ____/____ integram a presente ata, independentemente de sua transcrição. Fica eleito o Foro de São Luís, capital do Estado para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

1-DADOS DA EMPRESA:

Razão

Social: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Nome do representante: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Grupo/item __:

ITEM	Tipo de Veículo	Nº estimado de diárias			Valor unitário registrado por veículo R\$	Valor total registrado por veículo (R\$)
VALOR TOTAL						



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO

CADASTRO DE RESERVA DAS EMPRESAS LICITANTES:

Aceitam cotar os bens ou serviços objeto desta Ata de Registro de Preços com valor igual ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico n.º ____/____, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

Item 01:

Fornecedor	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	INFORMAÇÕES PARA CONTATO (e-mail, telefone, etc.)

Item 02:

Fornecedor	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	INFORMAÇÕES PARA CONTATO (e-mail, telefone, etc.)

São Luís (MA), ____ de _____ de ____.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

Empresa

Testemunha

Testemunha



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE GESTÃO
ANEXO VII
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO

....., de de

A(O) Senhor(A)
Gestor(A) da Unidade de Finanças – UNFIN

Referente ao Processo nº/.....

Encaminhamos em anexo a nota fiscal nº, no valor total de R\$
(.....) para que seja providenciado pagamento conforme informações
abaixo:

EMPRESA:

IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO/ITEM:

..... OBJETO:

.....

Nº DA NOTA DE EMPENHO:

Nº DO CONTRATO (SE HOUVER):

Apresentamos em anexo as CND de INSS, FGTS, Receita Federal, Estadual, Municipal e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) no prazo de validade.

Atenciosamente,

.....

NOME (LEGÍVEL) DO REPRESENTANTE DA EMPRESA